

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : JB

CLASS. : 62

DATA : 27 6 89

PG. : 7

## *Mesquita cobrará dano ambiental em Rondônia à British Petroleum*

BRASÍLIA — O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando César Mesquita, segue amanhã para a Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia, para ver de perto a extensão do desmatamento realizado no local pela empresa britânica British Petroleum (BP), através da Mineração Jacundá, para extrair cassiterita, mineral utilizado na fabricação de estanho. A delegacia estadual do Ibama em Rondônia, comprovou o desmatamento de 5,3% da Floresta Nacional, o equivalente a 11.933 hectares, de um total de 225 mil hectares.

“Acredito que vamos entrar com um processo”, disse Fernando César Mesquita. Segundo ele, é necessário verificar se a empresa britânica obteve qualquer licença para o desmatamento. “Mesmo que a British Petroleum consiga provar a legalidade de seus atos, terá de recuperar os danos causados ao meio ambiente”, disse Fernando César. O Ibama também averigua a possibilidade de entrar na Justiça contra a Shell, o banco Barclays e a British American Tobacco (Bata), por investirem em projetos que resultam no aterro e queima de milhares de hectares de florestas tropicais.

**Pirataria** — “Entendemos que a BP não deve voltar ao tempo da pirataria, quando os exploradores vinham, destruíam e voltavam à Inglaterra. O desenvolvimento econômico não pode ser prejudicado, mas o meio ambiente tem que ser preservado. É preferível manter o meio ambiente para, inclusive, evitar críticas da própria Inglaterra”, comentou o ouvidor-geral do Ibama, Renato Torrano. Ele explicou que a BP alega que tem alvará para explorar parte da região, concedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) há 20 anos, enquanto o Floresta Nacional foi criada em 1984.

No entanto, segundo Torrano, mesmo que a BP consiga provar a legalidade do desmatamento, terá que recuperar o local devastado. “A BP nunca fez qualquer recuperação”, afirma o atual superintendente do Ibama no Acre, Paulo Benincá de Salles.

Segundo o relatório da delegacia estadual do Ibama em Rondônia, o desmatamento é proveniente de lavras e rejeitos (restos de lavra) — 1.144 hectares; áreas de estradas — 450 hectares; vila, oficina e escritório — 128 hectares; fazenda agropecuária — 130 hectares; construção de 12 barraagens em igarapés e rios — 7.026 hectares; desmatamentos realizados até 1987 — 3 mil hectares; e desmatamento novos — 55 hectares. No local, há dois tipos de mineração: a céu aberto, que transformou um morro em cratera causando desperdício de matéria orgânica; e em igarapés, que deixa os leitos de rios destruídos e obstruídos.